



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado JORGE BRAZ – Republicanos/RJ

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 203, DE 2022

Dispõe sobre a obrigação das concessionárias prestadoras de serviço de fornecimento de energia elétrica dos Estados e do Distrito Federal, de ofertarem aos consumidores, por meio da internet, dados referentes ao consumo de energia elétrica e dá outras providências.

Autor: Deputado FRANCISCO JR.

Relator: Deputado JORGE BRAZ

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 203, de 2022, de autoria do ilustre Deputado Francisco Júnior, visa estabelecer a obrigatoriedade das concessionárias prestadoras do serviço de fornecimento de energia elétrica dos Estados e do Distrito Federal em ofertar aos seus usuários, remotamente via internet, dados referentes ao seu consumo de energia elétrica, a fim de garantir, de forma compreensível, acessível e detalhada, o acompanhamento e fiscalização mensal.

Nos termos do art. 2º da referida proposição, o fornecimento dos dados sobre o consumo de energia elétrica deverá ser feito através do site da concessionária prestadora do serviço ou ainda, por aplicativos para telefones móveis. E o respectivo art. 4º fixa o prazo de 120 dias a contar da publicação da Lei, para as concessionárias se adequarem.

A proposição em epígrafe tramita em regime ordinário (art. 151, III, RICD) e submete-se à apreciação conclusiva das Comissões de Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e de Cidadania (arts. 24, II e 54, RICD).





Nesta Comissão de Defesa do Consumidor, o projeto de lei não recebeu emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Inicialmente, cabe salientar que, como bem delineado pelo Autor da proposição em sua Justificação, o Código de Defesa do Consumidor - CDC, tem como objetivo principal atender às necessidades dos consumidores, respeitar sua dignidade, proteger seus interesses econômicos e promover a transparência e harmonia nas relações de consumo.

Nesse sentido, a relação entre concessionária de energia elétrica e usuário deste serviço configura típica relação de consumo e, por consequência, deve ser regida pela legislação consumerista.

Assim sendo, é inegável o dever de informação das concessionárias de energia, na condição de fornecedora do serviço contratado, perante seus usuários, nos moldes do art. 6º do Código de Defesa do Consumidor, o qual trata expressamente dos direitos básicos do consumidor.

Não se pode olvidar, ainda, que, segundo o art. 4º do CDC, a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo. E, devem ser atendidos princípios, como: (i) o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo; (ii) a harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e





equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores; e (iii) a racionalização e melhoria dos serviços públicos.

Cumpra observar, ainda, que a disponibilização da conta de energia elétrica aos consumidores finais, detalhando seu consumo mensal, de forma eletrônica, acessível e compreensível é um instrumento indispensável para o exercício da transparência, da prestação de contas e da segurança jurídica, princípios basilares da administração pública voltada à satisfação e proteção dos anseios da população, conforme explicitado na Justificação do Projeto de Lei em análise.

O mecanismo objeto da proposição, de fato, assegurará ao consumidor final a oportunidade de fiscalizar a atuação estatal na prestação de serviços públicos, contribuindo inegavelmente para a democracia participativa que tanto se busca em nosso país.

Há que se registrar, por fim, que a medida estabelecida não representará altos custos para as concessionárias de energia elétrica, uma vez que as informações em questão já são devidamente monitoradas e registradas por elas. Além disto, o prazo de 120 dias a contar da publicação desta Lei para que sejam realizadas as adequações necessárias se mostra razoável.

Assim sendo, entendemos que o projeto de lei é meritório, justo e equilibrado, na medida em que traz proteção relevante ao consumidor, prezando pelo direito de informação e pela democracia participativa, sem, no entanto, se mostrar excessivamente onerosa para o fornecedor.

Pelo exposto, diante da relevância social da matéria, manifestamo-nos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 203, de 2022, em sua redação original.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado JORGE BRAZ
Relator

